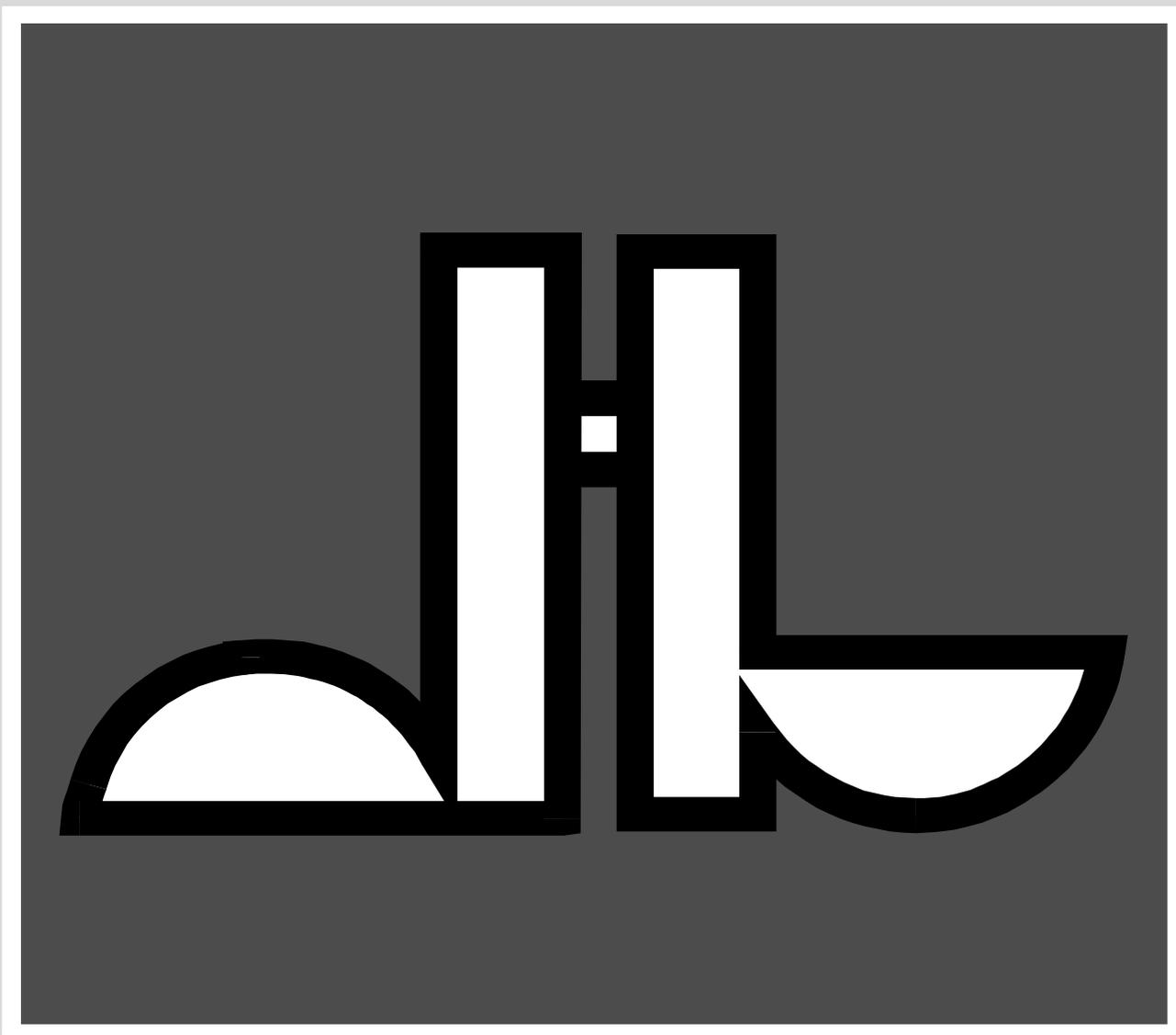




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LX - Nº 014 - SEXTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **RENAN CALHEIROS** – PMDB – AL

1º Vice-Presidente

Deputado **JOSÉ TOMAZ NONÔ** – PFL – AL

2º Vice-Presidente

Senador **ANTERO PAES DE BARROS** – PSDB – MT

1º Secretário

Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA** – PMDB – PE

2º Secretário

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA** – PMDB – MA

3º Secretário

Deputado **EDUARDO GOMES** – PSDB – TO

4º Secretário

Senador **EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – PSDB – TO

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 2005-CN

Libera a execução física, financeira e orçamentária do trecho relativo ao Ramal Bandeira do contrato AT-N 30/87, relativo ao empreendimento “Expansão do Sistema de Trens Urbanos de Teresina – PI – no Estado do Piauí”. (PT 26.783.0222.3444.0022).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada a execução física, financeira e orçamentária do trecho relativo ao Ramal Bandeira do contrato AT-N 30/87, constante do empreendimento “Expansão do Sistema de Trens Urbanos de Teresina – PI – no Estado do Piauí”. (PT 26.783.0222.3444.0022).

Parágrafo único. Determina-se ao Tribunal de Contas da União que proceda ao acompanhamento da obra.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 8 de dezembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 12ª SESSÃO CONJUNTA (SO- LENE), EM 8 DE DEZEMBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher e o encerramento do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana. 16491

1.2.1 – Oradores:

O Sr. Presidente (Renan Calheiros)..... 16491

Deputada Sandra Rosado 16492

Senadora Serys Slhessarenko 16493

Deputada Jandira Feghali 16495

Senadora Íris de Araújo 16496

Deputada Luci Choinacki 16498

Deputada Luciana Genro..... 16500

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

3 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

4 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

6 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 12ª Sessão Conjunta (Solene), em 8 de dezembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, e das Sr^{as} Sandra Rosado,
Jandira Feghali e Luci Choinacki*

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 27 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão solene destinada a comemorar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher e o encerramento do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana.

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa, em primeiro lugar, a Exma. Sr^a Teresita Barsana, Embaixadora das Filipinas. *(Palmas.)*

Tenho a honra também de convidar para compor a Mesa a ilustríssima Sr^a Jane Barbosa, Delegada Adjunta da Delegacia da Mulher. *(Palmas.)*

Convido também para compor a Mesa a Magnífica Reitora Eda Coutinho, do Instituto de Educação Superior de Brasília, IESB. *(Palmas.)*

Vamos ouvir agora as músicas “Mulher Rendeira”, de Zé do Norte, e “Maria, Maria”, de Milton Nascimento, executadas pelo trio de cordas – violino, viola e violoncelo – composto por Adriane Caricine, Alice Raíno e Gilce Aparecida. *(Pausa.)*

(São executadas as músicas pelo trio de cordas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exm^o Deputado Aldo Rebelo; Exm^o Deputado Inocêncio Oliveira; Exm^a Sr^a Teresita Barsana, Embaixadora das Filipinas; Magnífica Reitora Eda Coutinho; ilustríssima Delegada Adjunta da Delegacia da Mulher, Sr^a Jane Barbosa; ilustríssima Sr^a Rosemeire Medeiros, que está representada nesta oportunidade; ilustríssima Sr^a Tereza Vitale; ilustríssima Sr^a Irina Storni, Coordenadora Nacional das Mulheres do PPS; ilustríssima Sr^a Maria Célia Pelisson, Coordenadora do IBGE; ilustríssima Sr^a Conceição de Maria Ferreira, Coordenadora da Fajesu; ilustríssima Sr^a Tânia Mansur, Diretora do Curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília; ilustríssima Sr^a Lindiwe Zulu, Embaixadora da República da África do Sul; Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, comemoramos, aqui, hoje, o Dia Internacional pela Eliminação

da Violência contra a Mulher, uma violência que não escolhe classe social, idade, raça, grau de instrução, etnia ou orientação sexual, que nos enche de vergonha e indignação.

Os dados da Fundação Perseu Abramo são impressionantes. Pelo menos 6.800.000 mulheres já foram espancadas no Brasil. Uma em cada cinco já sofreu algum tipo de violência e uma em cada três ou quatro meninas é abusada sexualmente antes de completar 18 anos.

Nesse cenário de dor, medo e humilhação, o mais triste é que, em 70% dos casos, o agressor é o próprio marido, namorado, parente ou companheiro. Pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz mostra que 53% das mulheres vítimas de agressões graves de origem sexual viviam com o agressor há mais de dez anos.

Somos os campeões mundiais da violência doméstica contra a mulher. A conclusão é da Sociedade Mundial de Vitimologia, que analisou a condição feminina em 54 países.

Senhoras e senhores, o Brasil é signatário de inúmeros compromissos internacionais pela eliminação da violência contra a mulher. Mas para apagar essa mancha em nossa dignidade nacional é preciso vontade política e união de esforços. Governo, Legislativo, Judiciário e a sociedade civil têm que trabalhar juntos na construção de uma rede eficaz de prevenção da violência, atendimento e proteção à mulher agredida.

O primeiro passo é uma ampla campanha de conscientização. Violência contra a mulher é crime e precisa ser denunciada e punida. O silêncio significa cumplicidade com o agressor. O problema tem que ser assumido por todas as esferas governamentais como uma questão de política pública.

Apesar dos avanços conquistados a partir dos movimentos femininos e de mulheres e a partir da criação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, ainda falta muito para que os órgãos de serviço social e a rede pública de saúde estejam devidamente preparados para atender as vítimas de agressão.

O mais importante, a meu ver, é que as mulheres agredidas tenham garantia de proteção e certeza de que

a denúncia terá efetivamente resultado. Infelizmente, apenas 2% das queixas de crimes envolvendo violência contra a mulher terminam em punição no Brasil.

Também é preciso ampliar o número de casas abrigo, investir nas delegacias especializadas, na capacitação e treinamento de pessoal para atender as vítimas e encaminhar as denúncias. As defensorias públicas para a mulher têm que ser ampliadas e fortalecidas; o pleno acesso à Justiça, assim como a punição mais rigorosa dos agressores é fundamental na luta pelo fim da violência contra a mulher.

Senhoras e senhores, o Congresso Nacional não pode – e não vai – fugir de sua responsabilidade nessa questão. Temos o compromisso de aprovar o projeto de combate e prevenção à violência doméstica contra a mulher, projeto que já foi amplamente discutido com os movimentos feministas e de mulheres e que, sem dúvida alguma, será um marco na luta contra a violência de gênero.

É impossível existir igualdade e democracia neste País em que a cada 15 segundos uma mulher é espancada e agredida, na maior parte das vezes dentro da sua casa.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Convido a Sr^a Lindiwe Zulu, Embaixadora da República da África do Sul para compor a Mesa Diretora dos trabalhos, honrando-nos com a sua presença. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, inicialmente, à Deputada Sandra Rosado.

A SRA. SANDRA ROSADO (PSB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; Deputado Federal Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados; Deputado Inocêncio de Oliveira; Embaixadoras que compõem à Mesa, Senadoras, Senadores, Deputadas Federais, Deputados Federais, mulheres e homens que aqui estão e têm compromisso com a luta das mulheres brasileiras, meus senhores e minhas senhoras, hoje, no Congresso Nacional, fazemos uma homenagem ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Cumpre assinalar, na atualidade, a importância do tema, reconhecendo que, infelizmente, ainda hoje persistem diversas formas de ofensa e aviltamento contra os direitos da mulher. São numerosos os registros de casos de violência sem contar as demais ocorrências que não chegam a ser comunicadas às autoridades competentes, impondo-se, por conseguinte, a facilitação do acesso da mulher a instrumentos eficazes de proteção e de combate com rigor às discriminações de gênero.

Gostaria de chamar a atenção para a criação das Varas Cíveis, de Juizados Especiais, que, com certeza, facilitarão na conciliação, julgamento e execução de causas relativas às mulheres.

Ampara-se esta proposição que hoje circula nesta Casa, na bem-sucedida experiência dos Juizados Especiais, reconhecidos pela significativa contribuição para a solução mais rápida dos conflitos.

Vale lembrar, neste momento, que a Justiça que tarda não é Justiça. Portanto, a criação de Varas Especializadas surge como medida capaz de inibir e evitar as discriminações, a violência, as injustiças ainda sofridas pelas mulheres em nosso meio. Realmente, trata-se de providências necessárias para dar maior celeridade à resolução de lides decorrentes de situações menos favoráveis à mulher na sociedade.

Gostaria de fazer referência ao trabalho que vem sendo feito pelas mulheres na Câmara dos Deputados, tais como a apresentação de medidas que vêm exatamente para coibir a violência, presente no dia-a-dia. No que diz respeito à violência, inclusive havia feito algumas anotações para relatar, mas, hoje, vou dedicar a minha palavra, a minha luta, a uma mulher que, ontem, foi barbaramente assassinada em meu Estado, o Rio Grande do Norte, na cidade de João Câmara. Passo a ler a notícia publicada hoje no **Diário de Natal**:

Furiosa, por causa do estupro e assassinato da estudante Josineide Simão de Oliveira, de 18 anos, estrangulada, violentada, perfurada de faca e chave de fenda num açude, e colocado o seu corpo na zona rural do Município, no açude, a população de João Câmara tentou linchar os suspeitos de tão bárbaro crime. A polícia foi ágil em retirar os acusados, mas, mesmo assim, a população, revoltada, ainda queimou a casa de um dos assassinos.

A população da cidade de João Câmara, no Rio Grande do Norte [o meu Estado], como um todo, assistiu ao bárbaro assassinato de Josineide Simão de Oliveira, 18 anos, filha de pais separados, tinha uma irmã e morava com a mãe. Trabalhava, durante o dia, como babá, na casa de um primo, para ganhar dinheiro, e, à noite, estudava em escola pública da rede estadual, Francisco de Assis Bittencourt, no centro da cidade de João Câmara. Ao término da aula, às 23 horas, ela voltava para casa, em um ônibus escolar, e caminhava alguns quilômetros para chegar a sua casa. Descia sozinha na rodovia. E foi aí que ela foi exatamente atacada. Foi na caminhada entre a rodovia e a casa da mãe, na noite de 2^a feira, que Josineide foi agarrada pelos assassinos. Um deles era seu vizinho, rapaz que não apresentou documentos, mas afirmou,

nesta sexta-feira, que vai completar 18 anos. O outro, era um colega dele, que a polícia conhece apenas pelo apelido de “Papel”. Os dois forçaram a moça a fazer sexo. Como ela reagiu, foi surrada, cortada, estuprada, estrangulada e afogada dentro de um açude. A violência foi tanta contra o seu corpo que os policiais encontraram cortes no rosto, na vagina, nos braços, na boca, nos olhos e um furo, que chamou a atenção, em um dos pés, que, de tão preciso, parecia marca de um tiro de revólver. Mas isso foi feito exatamente com a chave de fenda.

Sr. Presidente, é a essa jovem de apenas 18 anos que dedico a minha homenagem, mostrando perfeitamente que uma violência como esta, contra uma jovem, contra uma mulher ainda está presente nos nossos dias. Nós, Parlamentares, homens e mulheres, que lutamos bravamente nesta Casa, devemos defender a mulher. Um crime como este, acontecido no Rio Grande do Norte, também teve como palco esta cidade, Brasília, há poucos dias. É contra isso que devemos lutar.

Concluo as minhas palavras, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores e mulheres do Brasil, conclamando todos para lutarmos contra essa violência, que, se não aconteceu em nossa casa, acontece na casa de uma companheira.

Vamos lutar juntas para que, em pouco tempo, ou se mesmo assim a caminhada for longa, não percamos a esperança, em momento algum, de ver e de vislumbrar também dias melhores para as mulheres brasileiras.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; Sr. Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo; Sr. Deputado Inocêncio Oliveira, senhoras presentes na Mesa, começo saudando todas essas mulheres da Casa Abrigo de Mulheres do Distrito Federal que estão aqui. São mulheres que já sofreram processos de violência das mais variadas formas e que tiveram a coragem de, com seus filhos, sair de casa para buscar a construção de uma nova vida.

Parabéns a vocês pela coragem e determinação. *(Palmas.)*

Saúdo as musicistas da Escola de Música de Brasília, que tanto nos encantaram. Lembro aqui a Roseni, que se encontra no hospital com quatro tiros no corpo e na alma. Saúdo as nossas companheiras de Comissão do Ano Internacional da Mulher Latino-

Americana e Caribenha, as nossas queridas Senadoras Lúcia Vânia, Heloísa Helena, Iris de Araújo, todas as Deputadas presentes, tantas são que vou saudá-las em nome de Jandira Feghali.

Saúdo, também, as Sr^{as} Embaixadoras das Filipinas e da África do Sul, que muito nos encantam com a sua presença aqui; a Sr^a Eda Coutinho, Magnífica Reitora do IESB; a Sr^a Jane Barbosa, da Delegacia da Mulher; a Sr^a Rosemeire Medeiros, também da Delegacia da Mulher; a Sr^a Conceição de Maria Ferreira, Coordenadora da Fajesu; a Sr^a Tereza Vitale, Coordenadora Nacional das Mulheres do PPS; a Sr^a Irina Storni, Coordenadora Nacional das Mulheres do PPS; Maria Célia Pelisson, Coordenadora do IBGE, e Tânia Mansur, Diretora de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília.

Tenho outras saudações a fazer aqui. Como o Presidente do Congresso Nacional precisa se retirar, quero dizer a V. Ex^a, Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, que existem – e permita-me chamá-lo agora Sr. Renan Calheiros – aqueles que fazem discursos, existem aqueles que, às vezes, demonstram, em certas situações, que defendem determinadas causas. Mas existem aqueles que agem concretamente, no dia-a-dia. E o senhor é um deles.

Por isso, quis dizer ao senhor agora, como homem, como ser humano, como Renan Calheiros, que realmente o que faz a diferença hoje, nessa nossa luta, aqui no Congresso Nacional, pela questão da mulher são as suas posturas. Tudo o que se busca construir com relação à questão da superação da discriminação e da violência contra a mulher, o senhor diz “presente” sem questionar, sem pestanejar. *(Palmas.)*

Por isso, queremos cumprimentá-lo e fazer essa homenagem especial. É isso o que faz a diferença no dia-a-dia. É dessa participação que precisamos por parte de todos os homens, daqueles que têm poder e daqueles que são homens comuns da sociedade. Precisamos que todos ajam, que façam ações concretas no sentido de contribuir para que a gente supere a discriminação e a violência contra a mulher.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

Quero saudar a Dona Leny e a Dona Cléia, as So-roptimistas que estão aqui presentes; a D. Henriqueta, do Clube Internacional BSB, enfim, quero saudar todos os homens e todas as mulheres aqui presentes.

Nós, mulheres, estamos nessa luta. E os homens que estão aqui, com certeza, são fraternos e solidários e estão nessa luta juntamente conosco, e vão nos ajudar a superar, realmente, essa mácula que persiste no Brasil hoje. Somos, infelizmente, o País que tem o maior, o mais alto índice de violência contra a mulher.

A Deputada Sandra acabou de citar um exemplo. Já citei outro desse crime que aconteceu há três dias, aqui em Brasília. Há o caso da Sandra Gomide, de 32 anos, que levou um tiro nas costas e outro no ouvido. Sem chance de defesa:

A jornalista Sandra Gomide foi assassinada em agosto de 2000. O acusado é o também jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves, ex-Diretor de Redação do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Camila Duarte, 22 anos, 1º de setembro de 2003:

Camila, vendedora da Loja C&A do Shopping Center Norte de São Paulo, trabalhava quando foi atingida pelo tiro de um revólver calibre 38. Morreu na hora. Com a mesma arma o estudante fulano de tal, autor do disparo, atirou contra a própria cabeça e morreu.

Tenho páginas e páginas, senhoras e senhores, que poderíamos ler. A todo instante isso está acontecendo. A violência contra a mulher é o assassinato? Sim, com certeza. É a lesão corporal? Sim, certamente que é. Mas é a humilhação que a todo o momento mulheres sofrem dentro de suas casas, no trabalho, em todas as situações.

Até escrevi alguma coisa rapidamente e vou citar Fernando Pessoa, um poeta português muito famoso, um dos gênios de século XX: “Foi por ter perseguido, entre outros feitos, criar um novo verbo, o verbo outrar”. Fernando Pessoa o cita como um novo verbo, “outrar”. Ou seja, coloque-se no lugar do outro, sinta o que o outro sente em tal situação. É o que precisamos realmente fazer para tentar mudar em nossa sociedade. Precisamos fazer com que os nossos filhos – porque somos 52% da sociedade, os outros 48% são nossos filhos – realmente sintam-se em nosso lugar, como se estivessem na posição de uma mulher que é humilhada, morta, que sofre lesões, enfim, toda sorte de maldades. Que se coloquem em nosso lugar, que parem, que pensem!

Nós mulheres do Congresso Nacional, Senadoras e Deputadas – e com certeza muitos Senadores e Deputados –, temos feito um esforço gigantesco para mudar as leis. E temos mudado, temos conseguido alterações significativas em leis brasileiras. Mas precisamos mudar a lei mais difícil de todas: a questão cultural.

Através dos tempos, a mulher tornou-se uma cidadã considerada de segunda categoria, humilhada, maltratada. É essa lei que precisamos mudar. E para mudá-la, senhoras e senhores, é difícil! Precisamos da participação de todos, indistintamente, com determina-

ção e vontade, para dizer que não aceitamos mais essa situação! Nós, mulheres, somos absolutamente iguais aos homens no que se refere aos direitos e queremos ser respeitadas! Essa situação precisa mudar dentro de nossas casas, em nossas relações de trabalho, em nossas relações políticas. Ontem, participava da reunião de uma Comissão extremamente importante do Congresso Nacional em que havia apenas uma mulher, eu. Eles falavam tão alto que eu não conseguia falar. Então, tive de bater na mesa para poder ser ouvida, e olhem que minha voz não é baixa. Simplesmente eles conversavam e discutiam entre si de tal maneira que não havia meios de uma mulher atravessar seus diálogos para fazer suas colocações. Essas coisas têm de mudar! Tudo isso tem de mudar!

Como podemos dizer que construímos uma sociedade democrática quando, mesmo dentro de nossas casas, muitas vezes, nós, mulheres, permitimos que nossas filhas sejam tratadas de forma diferenciada dos filhos? Não podemos permitir isso! Não podemos aceitar a história de que “serviço de homem é diferente do serviço de mulher”, porque tudo é serviço: o de homem e o de mulher. Isto precisa ser mudado por nosso intermédio. Precisamos que os companheiros homens abram suas cabeças e nos ajudem a pensar e a fazer diferente. Nós, mulheres, temos um papel determinante, não só na família, mas na política, na escola, desde o maternal, enfim, nós, mulheres, somos maioria na educação infantil. Temos de investir muito na nossa formação para a superação de quaisquer tipos de discriminação. Em especial, hoje, aqui, conclamamos todos para superarmos as discriminações existentes contra a mulher.

Sr. Presidente, para finalizar, vou abordar um tema freqüente em meus pronunciamentos. Refiro-me ao famigerado e terrível 11 de setembro, lá nos Estados Unidos. Ali, em poucos minutos, ficou demonstrado para o mundo que não adianta dizer-se o mais poderoso politicamente, belicamente e economicamente, porque, em segundos, o símbolo do poder econômico representado pela Torres foi demolido, além de o Pentágono, o segundo símbolo do poder bélico, também ter sido atingido violentamente. Precisamos parar com essa história de competitividade, que está por todos os lados. Precisamos mudar mentalidades, porque os valores verdadeiramente importantes são o da generosidade, o da fraternidade e o da solidariedade. No dia em que conseguirmos mudar nossos valores, realmente, poderemos construir uma sociedade mais justa e igualitária para homens e mulheres.

Um beijo carinhoso a todos e a todas. Muito obrigada. (*Palmas.*)

Durante o discurso da Sr^a Serys Slhessarenko, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr^a Sandra Rosado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado. PMDB – RN) – Parabenizo V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko, e aproveito o momento para agradecer as presenças das Ilm^{as} Sr^{as} Erilda Balduino de Souza, da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica; Mara Regina Dalnegro, Coordenadora da Comissão da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais do Distrito Federal.

Convido para fazer uso da palavra a nobre Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente da Mesa, Deputada Sandra Rosado, companheira de tantas lutas e batalhas na Câmara dos Deputados; cumprimento as representações diplomáticas das Filipinas e África do Sul; à Reitora; à Delegada Adjunta Jane Barbosa; cumprimento a todos os Srs. Parlamentares, mulheres e homens aqui presentes; quero cumprimentar as entidades aqui representadas, as mulheres da Casa Abrigo, enfim, a todas as representações aqui presentes, já que não tenho como nominá-las, porque não disponho da lista de presença.

Sr^a Presidente, creio que qualquer outro pronunciamento que aqui for feito não mais precisará relatar dados estatísticos, porque os exemplos dados demonstram a gravidade da violência no Brasil. Aliás, por meio do discurso do Senador Renan Calheiros nos foi repassado alguns dados alarmantes ocorridos em nosso País. Aqui, quero registrar como percebo o processo em que vivemos para poder trazer a esta Casa a prioridade da votação da lei que combate à violência doméstico-familiar contra a mulher, que já está em regime de urgência e precisa, de fato, ser aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Os dados do Senador Renan Calheiros, por si só, já são impactantes. Mas ouvir os depoimentos das mulheres que foram agredidas, violentadas e que sofreram algum tipo de violência foi muito mais forte na peregrinação que a Câmara nos permitiu fazer, como Relatora deste projeto de lei, na Comissão de Seguridade Social e Família, por várias regiões do Brasil, de onde conseguimos colher e coletar dados, sentimentos e histórias reais e verdadeiras das mulheres deste País.

Digo a vocês que estou mais do que convencida de que a agressão à mulher não é apenas física. As perseguições, as humilhações, as agressões morais, as agressões de seqüestros de bens, a violação no

direito ao trabalho, a violação sexual, que, cada vez mais, nos agride, porque há uma estatística de meninas, cada vez em idades mais tenras, sendo violentadas sexualmente pelos próprios pais, engravidando de seus próprios pais... São violências de diversos tipos... A ameaça é uma violência, e a todo momento que tentamos expressar garantias e direitos, sofremos outros tipos de violência.

Esta semana, aqui, na Câmara, vivemos isso, quando se tentava, na Comissão de Seguridade Social e Família, aprovar um projeto que retira a questão do aborto do Código Penal brasileiro. É claro que respeito as convicções de cada um, mas em algumas falas, palavras e manifestações que aqui foram trazidas não só vaiavam as declarações de religiosidade de alguns Parlamentares, ou as declarações de experiências próprias de algumas mulheres, como vaiavam até a maternidade de outras. Em alguns discursos e em alguns posicionamentos a agressão ainda foi maior. Desculpem-me o termo que vou usar, porque não é um termo muito coerente com a solenidade parlamentar, mas, para alguns, o discurso colocava as mulheres como simples chocadeiras, sem nenhuma possibilidade do livre arbítrio, do direito de planejar sua família, de interromper gravidez em situações absolutamente determinadas. E acabamos sendo tratadas como simples reprodutoras.

Sou mãe e tive acesso a métodos contraceptivos, tive acesso à informação, condições sociais e econômicas para planejar, desejar e exercer a minha maternidade com a magia e com a dedicação que uma mãe pode ter. Mas essa não é a realidade da grande maioria das mulheres deste País, que, apesar da ilegalidade, realizam os abortos na chamada indústria clandestina do aborto. E têm a maior violência que alguém pode ter: perdem o seu útero por um aborto malfeito, impedindo-lhes uma segunda gravidez. Ou é morrer de hemorragia, ou perder suas vidas nos hospitais públicos deste País. E as que morrem não são as mulheres que têm condições econômicas; são as que não têm recursos, são as mulheres pobres e negras deste País, miscigenado e afrodescendente, que não consegue sequer respeitar o direito à cidadania e à plenitude das decisões das mulheres brasileiras. Essa é uma imensa forma de violência do livre arbítrio e da possibilidade de manter a vida em situações que elas não querem, mas que são obrigadas, muitas vezes.

Quando circulamos neste País, conseguimos ouvir muita coisa; ouvir, inclusive, as dificuldades de fazer a denúncia de uma violência. Em algumas situações, por ilegalidade; outras, pela vergonha, pela dificuldade de voltar para casa, porque não tinham como denunciar; outras, porque não acreditam nas instituições. E têm

razão! Porque, muitas vezes, as mulheres que denunciam têm apenas uma cesta básica, um meio fogão, uma meia geladeira, e a impunidade se perpetua, e ela tem de voltar para a casa dela. E, no geral, a impunidade gera violências maiores, levando cada vez mais a uma agressão maior, ultrapassando um limite maior, e essas mulheres acabam morrendo.

Ouvimos um depoimento, em São Paulo, de uma mulher que trouxemos para um seminário em Brasília. Fizemos onze audiências públicas pelo Brasil e um seminário com seis Comissões Permanentes da Casa, na Câmara do Deputados. E essa mulher fez a primeira denúncia, foi uma cesta básica; fez a segunda denúncia, foram cinco cestas básicas; e, na terceira, foram 22 facadas. Ela sobreviveu, tanto que veio prestar seu depoimento. Mas com seqüelas físicas, morais, sentimentais e com grande problema de conseguir seguir a sua vida, não fosse o apoio de centros de referência que a sustentavam.

Então, é necessário que, de fato, avancemos na nossa lei.

A Deputada Sandra Rosado acompanhou a audiência do Rio Grande do Norte, várias Parlamentares, a Bancada Feminina aqui atuou. E precisamos que esse projeto, que está em regime de urgência, chegue a este plenário de fato, para que votemos, o Senado vote, a fim de que possamos, pela primeira vez no Brasil, ter uma legislação específica de combate à violência contra a mulher. Não só coibir, prevenir, trabalhar a cabeça do magistério, preparar as instituições, os policiais, o Corpo de Bombeiros, o advogado, o delegado, o promotor, o juiz, mas precisamos também retirar e vedar as penas pecuniárias e tratar os crimes contra a mulher não como um crime de menor potencial ofensivo, porque é uma violação aos direitos humanos. Precisamos, de fato, ter a possibilidade de punir. Não é uma visão do Direito Penal máximo, temos a visão do Direito Penal mínimo; mas precisamos punir e garantir que as mulheres não sejam tratadas como briga de esquina, acidente de trânsito ou um furto na casa do vizinho.

Temos um outro patamar e precisamos fortalecer não só as delegacias, as casas de abrigo, mas precisamos garantir o afastamento cauteloso do agressor; precisamos garantir um procedimento célere de proteção à mulher e à família e precisamos garantir um procedimento célere na punibilidade desse tipo de crime, de violência.

Portanto, deixo aqui um apelo a todas e a todos, pois as mulheres morrem no espaço privado. Não é no espaço público. O maior crime que se comete é doméstico e familiar. E quando chamamos de violência doméstica e familiar, é contra qualquer mulher, seja ela

a companheira, a filha, a avó, a empregada doméstica ou mesmo nas relações homossexuais, em que a mulher seja a vítima nessa relação.

Portanto, quero aqui registrar nosso compromisso, nosso envolvimento e nossa dedicação, para que essa lei seja de fato aprovada e que possamos ter novos instrumentos para coibir, prevenir, punir e proteger a mulher e sua família contra o maior tipo de agressão, seja ela psicológica, moral, de direitos, patrimonial, sexual e também a violência física que, como sempre dizemos, não dói só no corpo, mas dói também na alma. E é isso o que precisamos superar.

Quando ouço a música “Maria, Maria”, há uma frase que me marca muito, que diz: “Maria, Maria, mulher que merece viver e amar como outra qualquer do planeta”. E é isso o que queremos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado. PMDB – RN) – Parabéns à Deputada Jandira Feghali, grande lutadora em defesa das mulheres na Câmara dos Deputados.

Quero registrar a presença também da Dr^a Ana Falú, Diretora do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.

Convido, agora, a Senadora Iris de Araújo para usar da palavra, e também a Deputada Jandira Feghali, para presidir os trabalhos desta sessão. *(Pausa.)*

A Sr^a Sandra Rosado, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr^a Jandira Feghali.

A SRA. PRESIDENTE (Jandira Feghali. PCdoB – RJ) – Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exm^a Sr^a Lindiwe Zulu, Embaixadora da República da África do Sul; Exm^a Sr^a Teresita Barsane, Embaixadora das Filipinas; Magnífica Reitora Eda Coutinho, do Instituto de Educação Superior de Brasília; Ilm^a Sr^a Jane Barbosa, Delegada Adjunta da Delegacia da Mulher; Sr^a Rosimeire Medeiros, Delegada da Delegacia da Mulher; Ilm^a Sr^a Conceição de Maia Ferreira; Ilm^a Sr^a Tereza Vitale, Coordenadora Nacional das Mulheres do PPS; Ilm^a Sr^a Irina Storni, Coordenadora Nacional das Mulheres do PPS; Ilm^a Sr^a Maria Célia Pelisson, eu trouxe um discurso preparado, com dados importantíssimos a respeito da violência contra a mulher, mas, ao observar essa platéia tão seleta, veio-me à lembrança que a minha geração, em casa ou nos bancos escolares, aprendia que em mulher não se bate nem com uma flor. Essa é uma figura interessante, porque a flor é alguma coisa tão delicada e bonita que se alguém tentar fazer algum gesto com ela, ninguém se sentirá

agredido. Se alguém fizer isso comigo, não vou ligar, porque se está me dando uma flor, está me homenageando. Aprendíamos isso.

De lá para cá, as coisas pioraram. Os dados estatísticos que tenho, que não vale a pena ler porque todas vocês conhecem, dizem respeito a uma violência que, a cada momento, transforma-se praticamente numa regra. A sociedade avança tanto na área da informática, da tecnologia, da informação, em todos os setores, mas quanto ao conceito do tratamento da mulher estamos regredindo.

Eu fico dando tratos à bola, pensando em que devemos trabalhar para estabelecer regras ou ações concretas, principalmente políticas, que consigam estancar essa hemorragia, por assim dizer, que traz para o sentimento feminino uma fraqueza naquilo pelo qual lutamos e que procuramos estabelecer.

Sr^a Presidente Jandira, Deputada tão combativa, o que está acontecendo? V. Ex^a por várias vezes assomou esta tribuna, assim como outras mulheres parlamentares e eu mesma, defendendo sempre as mesmas idéias, mas não conseguimos mudar esta sociedade que, como disse a Senadora Serys, muitas vezes se faz presente teoricamente. Ninguém mais é machista. Quem tem coragem de dizer que conta determinadas piadas em grupinhos, em rodinhas, principalmente masculinas, em relação à mulher? Como aquela, que se contava muito, de que mulher tem que esquentar a barriga no fogão e esfriá-la no tanque.

Chego à conclusão, Sr^{as} Parlamentares e senhoras representantes da sociedade organizada presentes, de que estamos falhando na ocupação do nosso espaço político e institucional. Nós, que somos 52% do eleitorado, temos condições, por meio de uma conscientização realmente bem feita, de eleger um número maior de Parlamentares mulheres. Não adianta apenas reforçarmos os movimentos que acontecem neste País, em que a figura feminina é a primeira a ser chamada.

Cito um exemplo muito claro: em época de campanha política, a primeira coisa que é feita é a formação dos chamados comitês femininos.

Eu quero desafiar aqui a se fazer qualquer campanha política que não tenha a participação dos comitês femininos. Porque o limite do homem para chegar na solicitação do voto, na conscientização, apresenta uma barreira que chega até a sala. A mulher, não. Ela entra em qualquer lugar; conversa com todas as pessoas; olha o bebezinho lá no berço; vai até o fundo, experimenta a comida; conversa com as pessoas que estão lá nos fundos da casa, as que estão trabalhando, inclusive em um serviço mais simples.

Então, penso que estamos errando na condução das políticas públicas femininas, no que diz respeito à representatividade, porque enquanto não estivermos assinando realmente embaixo de todo documento de ordem política que estabelece conceitos que digam respeito ao trabalho feminino, à participação da mulher na vida social e política do País, vamos continuar na mesma toada, ou seja, nos reunindo, como estamos aqui, com percentual – e quero, neste momento, homenagear os homens, os Parlamentares aqui presentes, que são em minoria. A grande maioria aqui presente é de mulheres. E hoje quero registrar, Deputada Jandira Feghali, que a sessão do Senado que estava marcada para as 14 horas, foi marcada surpreendentemente para o mesmo horário de uma sessão que já constava da agenda de Senadoras e Deputadas e de Senadores e Deputados que poderiam estar participando neste momento. Então, contra esses fatos que temos de nos insurgir.

Este meu pronunciamento diz respeito também, Deputada, a uma conclamação, para que façamos um esforço no sentido de aprovar o substitutivo que V. Ex^a apresentou. Realmente, ele ajuda. Pode não dar uma solução, mas ajuda a coibir essa violência.

Para terminar, registro que sou do Estado de Goiás e, no Governo do PMDB, já há muitos anos, foi criada a delegacia feminina.

Agradeço a oportunidade. Que Deus nos ajude e nos guarde a todos na nossa luta! Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jandira Feghali. PCdoB – RJ) – Agradeço à Senadora Iris de Araújo.

Chamo para a Mesa Maria Laura, nossa ex-integrante da Bancada Feminina do Congresso Nacional e que representa aqui a Secretaria Especial de Política para as Mulheres. A Ministra está fora do Brasil. E esta Secretaria, que faço questão de registrar, tem sido parceiríssima em todos os temas, dos mais simples aos mais polêmicos. E foi a partir inclusive do trabalho da Secretaria que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva mandou para esta Casa o PL nº 4.559, como resultado, inclusive, da Conferência Nacional das Mulheres. Então, esta Secretaria tem atuado muito. Ela é muito parceira, e tem agido de forma muito ampla, pluripartidária, somando-se ao esforço do movimento feminista da Bancada Feminina do Congresso Nacional, para que avancemos no Brasil, para que essa chamada “desigualdade de gênero” possa ser superada.

Parabéns à Secretaria. E obrigada, Maria Laura, pela presença.

Concedo agora a palavra à nobre Deputada Luci Choinacki.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Deputada Jandira Feghali, Sr^{as} e Srs. Deputados, lideranças, entidades que estão aqui presentes, cumprimento Maria Laura e, em nome dela, a Secretária que trata da questão das mulheres, bem como cumprimento o Governo Lula pela sensibilidade de criar duas Secretarias tão importantes: a das mulheres e a da questão racial.

O País é muito interessante, as pessoas, porque elas dizem que não têm preconceitos. E essa afirmação, para mim, traduz todo um bloqueio de discutir o preconceito que existe contra as mulheres, contra os negros, contra os índios, contra os pobres, contra os homossexuais, porque alguns dizem que não têm preconceito, para nem abrir a possibilidade de discussão.

O preconceito é muito grande e se mostra nas políticas públicas e na violência contra as mulheres dentro de casa. Atuo há pouco tempo no serviço público nesta Casa, mas, Deputada Jandira, nós passamos pela violência aqui também. Só faltou Deputado nos bater. Tanto a agressão verbal como a física agridem as nossas possibilidades e a nossa participação aqui na Casa. Várias Parlamentares aqui passamos por isso. A agressão é menor porque a nossa participação ainda é menor, senão seria muito maior.

Creio que muitos Deputados têm vontade de bater em nós, mulheres, quando temos garra e defendemos nossos interesses. Não generalizo, mas muitos não gostam da nossa participação, porque não é uma participação figurante, mas de decisões políticas importantes para este País. Isso incomoda aqueles que querem conservar todos os privilégios de classe social e os preconceitos que há neste País.

É importante firmar um pouco a nossa presença, da Bancada Feminina do Congresso, o nosso processo para os desafios que estamos passando nessa construção.

Falar da violência contra as mulheres – estamos nessa mobilização nacional – é falar de toda uma política histórica neste País, e mesmo no mundo, que não reconhecia que a violência era ferir os direitos humanos. A violência contra as mulheres era uma coisa até natural; era considerada até contra os costumes, mas não contra os direitos humanos. Levou muito tempo para se dizer que a violência também contra as mulheres dentro de casa é violência contra os direitos humanos e que precisa como tal ser tratada.

Esse é um processo novo na civilização, no mundo em que vivemos, que reconhece há pouco tempo essa discussão. Do mesmo modo, depois de muito tempo, passou a se discutir que o índio e o negro tinham alma. Era permitido matá-los e fazer o quisesse, porque não tinham alma.

São questões de opressão de classe social, de cor e de gênero, contra o gênero feminino. A violência é muito grande. Precisamos, Deputada Jandira, votar esse projeto de forma conjunta com a Secretaria Nacional, com a Bancada Feminina, com os movimentos sociais, as entidades que participam, para criar um espaço importante, para termos um instrumento de mobilização social.

Combatemos a violência também na prática cotidiana, no enfrentamento, no debate público, no debate em nossas famílias, na questão das políticas públicas também, porque a mulher pobre é a que mais sofre violência. A violência perpassa a classe social, mas a pobreza... Muitas vezes, o homem está desempregado, e a forma mais fácil de ele superar isso ou buscar um alento é com a cachaça, um outro espaço, e quando vem para casa a mulher é a vítima disso.

E a mulher é vítima disso por falta de renda no País. As mulheres não têm patrimônio, na sua grande parte. A maioria não teve acesso à escolaridade. Essas são as maiores vítimas. Considerou-se o trabalho doméstico como natural das mulheres: cuidar dos filhos, dos doentes, cuidar de todo mundo. Por isso, nesta Casa, estamos discutindo a aposentadoria para as donas-de-casa pobres, como um direito à inclusão social. Buscamos reconhecer uma violência que foi cometida contra tantas mulheres, cujo trabalho sequer foi reconhecido pelo Estado, pela sociedade ou pela família para as quais elas trabalham. E não escolheram fazer esse trabalho, mas foram condicionadas pelas questões cultural, econômica e social neste País.

Reconhecer à trabalhadora doméstica a violência que ela enfrenta, não só da família, mas pelo patrão dentro de casa, pelo filho do patrão, que muitas vezes pratica o abuso sexual, usa de violência. O trabalho doméstico muitas vezes ainda é tratado como sendo um não-trabalho, mas é um trabalho o que elas fazem, porque a casa grande e a senzala ainda existem em muitos lugares.

Então, essas discussões do enfrentamento da questão da violência contra as mulheres são muito importantes.

Eu acredito que precisa haver espaço para a recuperação da mulher e do homem também, porque ele foi preparado pela sociedade para isso, com apoio das músicas, da propaganda, de tudo. O tal do amor aparece nas músicas, muitas vezes, como: “Eu por amor matei”. Até hoje isso existe! Que amor é esse!? Nós precisamos discutir o que é o amor. É tratar bem a pessoa? É criar relações em que as pessoas se realizam ou é impor o poder de forma a destruir as possibilidades das pessoas, usando todas as formas de violência – física, moral e sexual?

Um levantamento da Organização Mundial da Saúde, feito durante sete anos, constatou que as principais causas da violência contra as mulheres são a sua negativa de manter relação sexual e de fazer os afazeres domésticos e o jantar cedo. Por isso as mulheres apanham dentro de casa. Essa é uma estupidez da sociedade. Aliás, há muita estupidez na civilização.

Precisamos rever valores, conceitos e enfrentar os preconceitos que estamos vivendo.

Deputada Jandira, é importante refletirmos, neste momento, não para que se faça uma divisão entre homens e mulheres, porque queremos buscar o todo, mas para que a civilização se humanize. Que possamos dar um outro olhar para a sociedade, de respeito e novos valores; que o homem e a mulher possam ser felizes. Não acredito que possa haver felicidade com alguém batendo. Isso pode ser uma forma de destruição de si próprio. Nós podemos oferecer esse olhar, por isso é preciso haver recuperação, sim, do agressor, que deve ser humanizado. Nem tudo será possível, mas uma grande parte, com um bom acompanhamento, uma boa formação e um outro olhar, poderá ser mudada.

Não é possível permitir-se que as mulheres saiam com os filhos e o agressor permaneça dentro de casa. Essa é uma violência maior ainda contra as mulheres, que apanham uma vez e, na segunda, saem com seus filhos, enquanto o homem fica fazendo festa dentro de casa. Precisamos construir a mentalidade de que quem deve sair é aquele que não consegue ter um comportamento de convívio dentro de casa. Essa pessoa deve sair para ser recuperada. Esse homem precisa ser trabalhado num todo, como ser humano.

Nós carecemos, no século XXI, de oferecer esse olhar para a humanidade, que está destruída, pois a violência está em todos os lugares.

Alguém me perguntou se no campo é diferente. Não é. No campo, além da violência do latifúndio, aparece também a das relações pessoais. Aliás, falando de latifúndio, há poucos dias, a CPMI da Terra, na Câmara dos Deputados, votou a condenação de todas as ações de mobilização social como crime hediondo e como ato de terrorismo. Então, nesta Casa, existem pensamentos dos mais atrasados e retrógrados do Planeta.

É importante que se saiba que se não existem alguns avanços, isso não acontece porque não estamos lutando. Na próxima eleição, devem-se deixar esses senhores trabalhando um pouco na sua terra, porque são exploradores de escravos, que vêm arrotar política e fazer o que fazem, muitas vezes, frente o microfone e votando nas Comissões... E nós, muitas vezes, não sabemos por que não conseguimos votar um projeto tão importante.

Deixo registrados esses fatos, porque são importantes.

Sempre digo que não combino luta com tristeza com pão e beleza, porque quero a partilha do pão e dos direitos, a beleza de não sentir medo de ser mulher e de olhar com dignidade para este País tão bonito, onde sonho lutar e construir.

Parabéns, pois a luta contra a violência faz parte de uma mudança, de um olhar, de um projeto que não é somente econômico, mas social, popular, cultural e humanitário.

Precisamos de uma civilização que humanize as relações do mercado, porque o mercado é violento, concentra renda e poder em um pequeno número de pessoas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jandira Feghali. PCdoB – RJ) – Muito obrigada, Deputada Luci, a quem chamo para dirigir os trabalhos desta sessão, no nosso rodízio suprapartidário.

Antes, gostaria de, homenageando a Deputada Luci Choinacki, de homenagear todas as trabalhadoras rurais, de onde procede a Deputada Luci, e considerar de público, no exercício da Presidência desta sessão, uma grande violência o relatório que foi aprovado aqui na CPI da Terra. Considerar terrorismo a ação dos sem-terra e, a partir daí, a legitimidade e legalidade para as agressões e os assassinatos de homens e mulheres trabalhadores rurais é uma imensa forma de violência, que é cometida pelo Parlamento através da CPI da Terra.

Registro o meu protesto e o meu repúdio a esse relatório em nome não apenas do meu Partido, o PC do B, mas tenho certeza que em nome de todos aqueles que querem a democracia fundiária neste País e reconhecem como legítima a luta dos trabalhadores sem terra também no Brasil.

Quero comunicar que, alertada sobre a comunicação da Casa de que a TV Câmara não estava transmitindo esta sessão e, sim, a Comissão de Agricultura, liguei para o Diretor da Secom (Secretaria de Comunicação) e solicitei prioridade para esta transmissão, porque, afinal, mesmo que o tema da Comissão de Agricultura seja muito importante – a gripe aviária – considero que uma sessão que trata de 52% da população e de um tema tão dramático merece a prioridade da comunicação da Casa no dia de hoje. (*Palmas.*)

Passo os trabalhos à Deputada Luci Choinacki, que chamará a próxima oradora.

Muito obrigada.

A Sr^a Jandira Feghali, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr^a Luci Choinacki.

A SRA. PRESIDENTE (Luci Choinacki. PT – SC)

– Concedo a palavra à Deputada Luciana Genro.

A SRA. LUCIANA GENRO (P-SOL – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr^a Presidente, quero saudar todas as autoridades presentes e as nossas amigas, companheiras, que acompanham esta sessão, dizendo, Deputada Jandira, que o seu pleito, até dois minutos atrás, quando estive ali fora, não havia sido atendido. A TV Câmara continuava não exibindo esta sessão, o que merece o nosso repúdio, o nosso protesto, porque não deixa de ser uma violência contra a luta contra a violência às mulheres.

Evidentemente que quando se faz uma campanha para denunciar a violência contra a mulher, os meios de comunicação são fundamentais, para que as mulheres saibam que a violência que elas sofrem dentro de casa não é culpa delas. Muitas vezes os homens e a sociedade tentam culpar as próprias mulheres pela violência que elas vivem. E quando os meios de comunicação nos ajudam a mostrar que essa violência contra a mulher é algo disseminado na sociedade, a mulher começa a compreender que a culpa não é dela, que ela é a vítima e que, portanto, tem o direito e o dever de denunciar.

Realmente, é lamentável que a TV Câmara não esteja cumprindo esse papel tão importante neste momento e que essas contribuições maravilhosas que foram dadas aqui pelas Senadoras e Deputadas não possam ter sido compartilhadas pelos telespectadores da TV Câmara.

Tomara que, pelo menos, esta sessão possa ser reproduzida posteriormente, em um outro horário, quando as pessoas poderão assisti-la e tomar conhecimento dessas denúncias feitas aqui.

Há várias frentes de luta contra a violência cometida contra as mulheres. Acho que a Deputada Jandira Feghali resumiu aqui, de forma muito brilhante, a violência que ocorre dentro das casas e que precisa ser combatida através de uma nova legislação que não seja conivente com essa violência e que não possibilite que essa violência seja tratada como algo banal. Essa nova lei da violência doméstica é fundamental para que possamos ter punições reais e verdadeiras e, dessa maneira, diminuir sensivelmente a violência contra a mulher.

Também quero abordar esse problema sob outra ótica, porque o combate à violência contra a mulher tem de ser dado no âmbito da conscientização das mulheres e dos homens em relação a esse problema. Isso, porém, não é suficiente, porque, por mais consciente que uma mulher seja de que ela precisa denunciar a violência, de que ela não pode se submeter e permitir

essa humilhação constante da violência doméstica, se ela não tem a estrutura material e econômica para escapar dessa realidade, está fadada a essa prisão de forma eterna.

Então, o combate à violência contra a mulher passa também – e eu ousaria até dizer fundamentalmente – por melhores condições materiais principalmente para as mulheres pobres, que são as maiores vítimas. Embora saibamos que a violência doméstica ocorre em todas as classes sociais, as mulheres que têm emprego ou que têm uma família estruturada, com recursos, têm mais condições de escapar do círculo perverso da violência. Muitas vezes, elas também não conseguem, por razões psicológicas, sentimentais, mas elas pelo menos têm mais chance. Já as mulheres pobres, não. As mulheres pobres, por mais que não queiram, muitas vezes são obrigadas a continuar vivendo com o marido, com o namorado, com o companheiro, com o pai, com o irmão ou com o avô, autores da violência, porque elas não têm para onde ir.

Assim, os centros de referência, os albergues e as casas de passagem têm um papel fundamental porque oferecem a possibilidade de transição. No entanto, se a estrutura econômica da sociedade não se transformar profundamente, se não houver crescimento econômico com emprego, se não houver distribuição de renda, se não houver políticas públicas que possibilitem às mulheres o acesso a uma vida digna, estaremos enxugando gelo, como já disse alguém em relação à política econômica deste País. Estaremos enxugando gelo porque o círculo da violência vai se perpetuar particularmente para as mulheres pobres.

Acredito que falo em nome da Deputada Maninha, que não está presente porque está viajando, em nome do P-SOL e da nossa Senadora Heloísa Helena, que esteve aqui, mas precisou se retirar para a sessão do Senado. Aliás, o Presidente do Senado foi muito elogiado desta tribuna, mas convocou uma sessão do Senado Federal no mesmo horário desta nossa sessão; acho que isso não combina com quem realmente está defendendo a luta contra a violência à mulher. Deixo essa crítica construtiva para que, em um próximo evento, isso não se repita. E em nome de todas as mulheres maravilhosas que, junto conosco, têm lutado contra a desigualdade social, contra o desmonte do setor público, contra a discriminação e a violência, quero deixar o meu abraço e a certeza de que o P-SOL é parceiro nessa luta e de que estamos ao lado das mulheres e também dos homens – sabemos que muitos homens são companheiros de jornada na denúncia à discriminação e à violência e, principalmente, na luta para que possamos fazer uma transformação real neste País, a fim de que os recursos públicos não

continuem sendo destinados ao pagamento dos juros da dívida, para que não continuemos produzindo altos níveis de superávit primário, enchendo as burras dos bancos internacionais, atendendo aos interesses dos mercados financeiros e deixando a nossa população, as nossas mulheres, as nossas crianças, sem políticas públicas, sem atendimento às suas necessidades básicas, que é a obrigação de todos os governos.

Parabéns às autoras do requerimento para esta sessão! Parabéns e muito obrigada pela presença de todas vocês.

Esperamos que essa pequena semente que plantamos na Câmara dos Deputados da luta contra a violência à mulher possa germinar e que possamos, a cada ano, trazer boas notícias às sessões solenes que resgatam essa luta e essa batalha, para encerrar definitivamente o ciclo perverso da violência e da discriminação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Luci Choinacki. PT – RS)

– Obrigada, Deputada Luciana Genro.

Antes de encerrar esta sessão, eu gostaria de convidar todos para uma missa de confraternização de final de ano, que está sendo realizada no Salão Negro do Congresso.

Talvez muitas Parlamentares não tenham comparecido a esta sessão porque há muitas Comissões em funcionamento na Casa hoje. Inclusive, está-se votando um projeto muito importante, que se refere ao Fundeb.

Pela primeira vez na História do Brasil, conquista-se o direito de as crianças pequenas freqüentarem a creche. Essa é uma forma de libertação das mulheres. Não que as mulheres sejam obrigadas a cuidar dos filhos. Mas, culturalmente, não dá para as mulheres se libertarem, se as crianças não têm direitos.

É uma luta muito grande, porque queremos que as crianças pobres também sejam cidadãs, e que os filhos dos ricos não estudem para continuar a explorá-las.

Há uma música da Elis Regina que retrata muito bem isso ao descrever o filho da escrava e o filho do patrão que brincam juntos. O filho do patrão vai estudar fora e, ao voltar, esquece-se da amizade e trata o amigo como escravo. Ele volta senhor, para continuar a escravidão!

Queremos que as crianças pobres do Brasil também freqüentem a escola. Por isso, a reunião que está acontecendo é muito importante.

Como diz o nosso lema, continuaremos na luta até acabarem todas as discriminações, todos os preconceitos, toda a violência contra as mulheres do mundo. As mulheres, ao se libertarem, tornam os homens livres.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luci Choinacki. PT – RS)

– Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 45 minutos.*)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização⁽¹⁾

Número de membros: 21 Senadores e 63 Deputados

Comissão instalada em 31-5-2005

Composição

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho

1º Vice-Presidente: Deputado Mussa Demes

2º Vice-Presidente: Senador Sergio Guerra

3º Vice-Presidente: Deputado Ronaldo Dimas

Relator da LDO/2006: Deputado Gilmar Machado

SENADORES	
Titulares	Suplentes
BLOCO DA MINORIA (PFL-PSDB)	
Heráclito Fortes ⁽³⁾	1. Demóstenes Torres (3)
Eraim Morais (3)	2. Jonas Pinheiro (3)
Romeu Tuma (3)	3. José Jorge (3)
Paulo Octávio (3)	4. Edison Lobão (3)
Sergio Guerra (3)	5. Flexa Ribeiro (3)
Lúcia Vânia (3)	6. Teotônio Vilela Filho (3)
Leonel Pavan (3)	7. Arthur Virgílio (3)
	8
PMDB	
Valdir Raupp	1. Wirlande da Luz
Amir Lando	2. Ney Suassuna
Gilberto Mestrinho	3. José Maranhão
Hélio Costa	4. Leomar Quintanilha
Garibaldi Alves Filho	5. João Batista Motta
	6. Antônio Leite ⁽⁴⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT-PSB-PTB-PL-PPS)	
Nezinho Alencar	1. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	2. Ideli Salvatti
Magno Malta	3. Aelton Freitas
Mozarildo Cavalcanti	4. Marcelo Crivella
Serys Sthessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Sibá Machado	6. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1.
(⁽⁵⁾) P-SOL	
Geraldo Mesquita Júnior	1.

⁽¹⁾ Designação feita em 25-5-2005.

⁽³⁾ Designação feita em 31-05-2005. Bloco (PFL/PSDB) – SF.

⁽⁴⁾ Substituição feita em 7-6-2005. PMDB-SF

⁽⁵⁾ Designação feitas nos termos da Res. Nº 2/2000-CN.

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA, MATÉRIAS; ATIVIDADE LEGISLATIVA(alto da página); PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Carlito Merss – SC	1. Assis Miguel do Couto – PR
Devanir Ribeiro – SP	2. Eduardo Valverde – RO
Gilmar Machado – MG	3. Ivan Valente - SP
João Magno – MG	4. Leonardo Monteiro – MG
Jorge Bittar – RJ	5. Neyde Aparecida – GO
Nazareno Fonteles – PI	6. Nilson Mourão - AC
Nelson Pellegrino – BA	7. João Grandão – MS ⁽¹⁾
Paulo Pimenta - RS	8. Paulo Rubem Santiago – PR
Professor Luizinho – SP	9. Vignatti – SC
Vander Loubet – MS	10. Zarattini – SP
Wasny de Roure – DF	11. Zé Geraldo – PA
PMDB	
Hermes Parcianello – PR	1. Aníbal Gomes – CE
José Borba – PR	2. Edson Ezequiel – RJ
José Divino – RJ	3. Jorge Alberto – SE
José Priante – PA	4. Lupércio Ramos – AM
Luiz Bittencourt – GO	5. Marcelino Fraga – ES
Marcelo Castro – PI	6. Olavo Calheiros – AL
Mauro Lopes – MG	7. Rose de Freitas - ES
Pedro Chaves – GO	8. João Magalhães-MG (5)
Pedro Novais – MA	9. Paulo Afonso-SC (5)
Wilson Santiago – PB	10. Waldemir Moka-MS ⁽⁵⁾
Zé Gerardo – CE	11.

⁽¹⁾ 1. Substituição do Dep Orlando Desconsi (S) pelo Dep. João Grandão (S), em 01-06-2005 – PT – CD

⁽⁵⁾ Indicações feitas em 17-6-2005, PMDB-CD.

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA; MATÉRIAS; ATIVIDADE LEGISLATIVA(alto da página); PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional. Matérias em Tramitação

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
BLOCO (PFL/PRONA)	
Cláudio Cajado – BA	1. Davi Alcolumbre – AP
Eduardo Sciarra – PR	2. Fernando de Fabinho – BA
José Carlos Machado – SE	3. José Mendonça Bezerra – PE
José Rocha – BA	4. José Roberto Arruda – DF
Júlio Cesar - PI	5. Kátia Abreu – TO
Laura Carneiro – RJ	6. Lael Varella – MG
Mussa Demes – PI	7. Luiz Carreira – BA
Pauderney Avelino – AM	8. Marcos Abramo – SP
PSDB	
Anivaldo Vale – PA	1. Antonio Carlos Mendes Thame – SP
Bismarck Maia – CE	2. Domiciano Cabral – PB
Carlos Alberto Leréia – GO	3. Jorge VI – AL
Gustavo Fruet – PR	4. Márcio Fortes – RJ
Narcio Rodrigues – MG	5. Rafael Guerra – MG
Ronaldo Dimas – TO	6.
Silvio Torres – SP	7.
PP	
Benedito de Lira – AL	1. João Tota – AC ⁽²⁾
Enivaldo Ribeiro – PB	2. Leodegar Tiscoski – SC
Francisco Dornelles - RJ	3. Mário Negromonte – BA
Márcio Reinaldo Moreira – MG	4. Ricardo Barros – PR
Nelson Meurer – PT	5. Sandes Júnior – GO
Pedro Canedo – GO	6. Paes Landim (cessão PTB)

⁽²⁾ Substituição feita em 1º-6-2005-PP-CD.

Pesquisa na Internet: <http://www.scnado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA; MATÉRIAS: ATIVIDADE LEGISLATIVA(alto da página); PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PTB	
Elaine Costa – RJ	1. Alex Canziani – PR
Iberê Ferreira – RN	2. Arnon Bezerra – CE
Jackson Barreto – SE	3. Cleuber Carneiro – MG
José Chaves – PE	4. Homero Barreto – TO
Josué Bengtson – PA	5. José Militão – MG
Jovair Arantes – GO	6. Pedro Fernandes – MA
PL	
Amauri Gasques – SP	1. Almir Sá – RR
Humberto Michiles – AM	2. Heleno Silva – SE
Jaime Martins – MG	3. Júnior Betão – AC
João Leão – BA	4. Milton Monti – SP
Miguel de Souza – RO	5. Raimundo Santos – PA
Welinton Fagundes – MT	6. Wellington Roberto – PB
PPS	
Dimas Ramalho – SP	1.
Geraldo Thadeu – MG	2.
PSB	
Gonzaga Patriota – PE	1. Beto Albuquerque – RS
Renato Casagrande – ES	2. Pastor Francisco Olímpio – PE
PDT	
Luiz Piauhyllino – PE	1. Alvaro Dias – RN
Manato - ES	2. Dr. Rodolfo Pereira – RR
PC do B	
Sérgio Miranda – MG	1. Inácio Arruda – CE
PV	
Marcelo Ortiz – SP	1. Leonardo Mattos – MG

Secretária: Myrna Lopes Pereira

Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães - (Anexo II)
Ala "C" – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900 - Tel: 318-6937 – 318-6938

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA; MATÉRIAS; ATIVIDADE LEGISLATIVA(alto da página); PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 03.03.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- • 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- • 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 15.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,50
Porte avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 26 PÁGINAS